

PRECISAMOS FALAR SOBRE ASSÉDIO

Ana Luíza Dantas da Silva¹

Larissa Costard Soares²

Maíra Oliveira Freitas³

RESUMO

O presente trabalho sucede de observações realizadas em sala de aula relacionadas à desigualdade, violência de gênero, sexismo e consentimento que ocorreram no ambiente escolar entre estudantes. Por tanto, o relato pretende exemplificar as ações que vem ocorrendo a partir de importantes debates sobre questões de gênero e da educação sexual em sala de aula, em uma turma do sétimo ano do Ensino Fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ). Essa demanda surgiu por intermédio do projeto de Prodocência "Questões de gênero na escola: Por um enfrentamento às desigualdades e assimetrias na Educação Básica", que discute a relevância de abordar temáticas que trabalhem as questões de gênero e a educação sexual na escola, tendo em vista que ela exerce um papel estratégico no que se refere ao combate de discriminações, violências, desigualdades, garantia de inclusão e respeito de todos/todas os/as alunos e alunas para além do ambiente escolar. A inclinação para dissertar sobre esse assunto se deu partir de uma ocorrência de assédio na turma que afligiu alunas e alunos. Nesse sentido, foi percebido a importância de trabalhar questões relacionadas à educação sexual no contexto escolar para os/as diversos/as estudantes para a evitar violências, além da perpetuação da falta de diálogo, preconceitos e também a vulnerabilidade dos estudantes perante seu corpo e sua sexualidade, alterando esse cenário para um ambiente mais seguro onde exista a possibilidade de discutir e alertar sobre privacidade, consentimentos, autoproteção e sentimentos. Como resultados iniciais observamos o engajamento da turma e a mudança de atitude de alguns estudantes a partir do espaço de diálogo em momentos proporcionados pelas professoras e bolsistas envolvidas no Projeto.

Palavras-chave: Educação sexual, gênero, escola, consentimento, assédio.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Prodocência “Questões de gênero na escola: por um enfrentamento às desigualdades e assimetrias na educação básica” que vem sendo desenvolvido no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), é um Instituto público localizado na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, atende estudantes desde os anos Iniciais da Educação Básica até o Ensino médio, Graduação, Pós-Graduação, além disso, é constituído por uma equipe de professores e professoras, e

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UF, luiza.dantas39@gmail.com;

² Professora adjunta no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) - Doutora em história (UFF) larissacostard@gmail.com;

³ Doutorando em Educação, ProPED/UERJ- Professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)RJ freitasmaira@yahoo.com.br

graduandas de cursos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O projeto aplica-se ao estudo e reflexões acerca das relações discrepantes de educação e gênero, junto a produção de práticas que visem a equidade de gênero e sobretudo, ao respeito.

O projeto conta com participações em variados anos de escolaridade do (CAp-UERJ), e parcerias com outros projetos, como o Projeto de Extensão Universitária “Circularidades na Escola” e os de Iniciação à Docência “Aprendendo e crescendo com os conflitos na escola” e “Por uma didática racial”. Ele tem por objetivo combater preconceitos e discriminações que são perpetuadas no ambiente escolar e fora dele. Nesse sentido, viabiliza discussões sobre o papel da escola junto seu corpo no que tange a equidade de gênero e, incita uma formação de docentes que estejam hábeis a discussão desse tema. Dessa forma, as contribuições do projeto visam através de práticas pedagógicas e conversas sobre a questão do gênero e suas assimetrias o apoio e facilitação da conscientização da necessidade de a escola atuar como um espaço de combate as diferentes formas de discriminações, preconceitos e violências, não ignorando sua urgência.

Através de algumas ações o Projeto tem promovido discussões e reflexões entre estudantes e docentes, como palestras; rodas de conversa, que possibilita de maneira simples a troca e transmissão de conhecimentos, além de propiciar momentos de reflexão; um mural interativo que fica localizado no pátio da escola, onde fica bem exposto para que demandas do Instituto sejam abordadas. Ademais, as bolsistas frequentam turmas onde registram as observações, desenvolvem atividades que estimulem a discussão da temática, elaboração de relatórios, onde sistematizamos, registramos e apresentamos reflexões sobre a prática do projeto. Além disso, outra ferramenta utilizada pelo projeto de grande alcance é a rede social Instagram, onde é compartilhado informações, publicações realizadas pelas bolsistas, e um espaço de troca entre os seguidores e o perfil do Prodocência.

Uma sociedade onde se reproduz de forma naturalizada o machismo, prática a qual se perpetua a ideia errônea de que homens são superiores às mulheres e que por isso devem exercer papéis sociais diferentes, subjugando o gênero feminino como inferior, tende a contribuir pacificamente com esse processo. O machismo estrutural reforça o estereótipo do homem hétero potencializando as desigualdades entre os gêneros. Nesse sentido, o machismo estrutural é cultural e inerente a diversos aspectos da sociedade tendo sido normalizado por um longo tempo, e ele se apresenta em diversos campos sociais para além da desigualdade de

direitos, como nos altos índices de violência, assédio, objetificação do corpo com características femininas, estupro, diferença salarial e outros.

Bem como diz Louro (2008), a construção do gênero e das sexualidades dá se através de inúmeras aprendizagens e práticas, por certo, o meio social que os estudantes estão inseridos são capazes de influenciar, moldando comportamentos e atitudes preconceituosos e discriminatórios contra aqueles que ocupam um lugar subalterno nessa hierarquização dos gêneros. Louro (2007) diz:

É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, e normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres.

Sei que a sociedade trata desigualmente esses sujeitos e valoriza diferentemente essas práticas. Sei que tudo isso é atravessado e constituído por processos de classificação, hierarquização, de atribuição de valores de legitimidade e ilegitimidade, que sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou ousem experimentar. Sei que tudo isso está, seguramente, embaralhado com questões de poder. E aqui encontro justificativas não apenas para refletir, mas para ensaiar estratégias que, eventualmente, possam perturbar ou alterar, de algum modo, o "intolerável".

Dessa forma, é possível compreender que as questões de gênero junto a hierarquização são constituídas através de um processo de ilegitimidade de um gênero, enquanto o outro é legitimado, tendo em vista que esse processo se estende para diversos âmbitos sociais, como a escola, por exemplo.

A hierarquização dos gêneros não é uma adversidade advinda do fator biológico e sim consequência de fatores sociais, na cultura, que implicam multiplicação de casos de preconceito e desumanidade contra as pessoas que não se enquadram no padrão estabelecido, que é o homem, branco, hétero e cis. Por outro lado, não se pode deixar de relacionar o problema do gênero com outros potenciais discriminatórios. O termo interseccionalidade, pioneiramente desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, norte-americana, negra, primeira

intelectual a sistematizar a ideia de interseccionalidade. Segundo Crenshaw (2002), a “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Em vista disso, compreender a categoria gênero como uma questão atravessada por outros sistemas de opressão existentes na sociedade, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe, por exemplo, são sistemas de opressão que criam desigualdades básicas no cotidiano. Assim, pode-se perceber que dentre a perspectiva do gênero, existe também a questão social e racial nessa discussão.

Levando em consideração o gênero, uma das violências que o gênero feminino mais sofre é o assédio sexual. O assédio é um mecanismo de violência, que se utiliza da relação de poder que ocorre entre homem e mulher, podendo ser o domínio ou controle físico, aquele que possui mais força física ou moral, dentre outros. Aliás, é válido salientar que em sua maioria os casos de assédio sexual documentados têm como o gênero ativo o masculino e o passivo o gênero feminino. Vale ressaltar que qualquer pessoa pode sofrer assédio sexual, contudo, numa sociedade estruturalmente patriarcal onde as mulheres são inferiorizadas, são esses corpos que majoritariamente sofrem com esse problema.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais são bastante contundentes e potenciais influenciadores de ações e práticas desiguais e discriminatórias na escola, e a partir de uma demanda após decorrentes casos de assédio no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), que assolaram algumas turmas do sétimo ano do ensino fundamental. O Projeto Prodocência junto com as professoras do sétimo ano, organizaram uma ‘Roda de Conversa: Precisamos falar sobre assédio’, a conversa ocorreu com a mediação da professora de História da SME-RJ e Doutora em Educação, Natalia Rodrigues Mendes. Assim, foi estruturada uma roda de conversa voltada ao público interno, estudantes, estagiários, bolsistas do (CAp-UERJ), onde foi estabelecido de forma didática uma apresentação do tema, discutido o sistema de opressão de potencializa o assédio, onde ocorrem os primeiros casos de assédio na vida de uma pessoa, além de orientar os estudantes a quem procurarem em caso de violência. Por essa razão, este artigo visa discutir a importância de conversas desafiadoras com os estudantes, atendendo demandas que ocorrem também no cotidiano escolar e refletir sobre as experiências observadas.

A escola como um ambiente que acolhe diversos indivíduos e é responsável pela socialização dos mesmos, deve promover na educação básica conversas e esclarecimentos de assuntos que recorrentemente são vistos pela coletividade como tabus. Certamente, o acolhimento na escola é de extrema necessidade e o primeiro passo para evitar o afastamento dos estudantes perante a desafios é acolher e auxiliar, tantos os docentes como as/os alunas e alunos. Além do que, a escola deve oferecer um ambiente seguro, onde todos se sintam confortáveis para se expressar.

RODA DE CONVERSA DE CONVERSA “PRECISAMOS FALAR SOBRE ASSÉDIO

A roda de conversa foi realizada no CAP-UERJ, para estudantes do sétimo ano do ensino fundamental, bolsistas e estagiários. A palestra ocorre com a Doutora em Educação Natalia Rodrigues Mendes promovendo o esclarecimento do que se constitui assédio para poder combatê-lo e apresenta a escola com um dos primeiros lugares onde as estudantes sofrem assédio. Por essa razão, declara a importância do consentimento, ouvir e respeitar o “não” do outro em sinal de respeito, o ‘NÃO É NÃO’, foi um tema bastante abordado, pois ele é compreendido como princípio no processo de consentimento.

Um ponto abordado durante a roda de conversa foi às Campanhas na rede social Twitter, contra o assédio: “primeiroassédio” e “nãoé não”. Onde a palestrante conclui a partir dos discursos das estudantes que os abusos estão sempre atribuídos a sujeitos cisgênero masculino, enquanto as vítimas dos abusos são na maioria das vezes sujeitos cisgênero feminino.

“Crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico. Violência, termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poderes desiguais entre os envolvidos. As violências evocam uma dimensão relacional que, segundo Foucault estão longe de serem resolvidas pela esfera jurídica, pois tal instância, mesmo tendo como objetivo a justiça para todos, cria, produz e reproduz desigualdades (DEBERT;GREGORI,2008,p. 176)”.

Expandir os horizontes das categorias ‘crime’ e ‘violência’ se faz necessário pois é compreendido que a desigualdade de poder que atravessa as relações de gênero se manifesta em outros espaços, para além do espaço doméstico e conjugal. Assim, permite considerar que

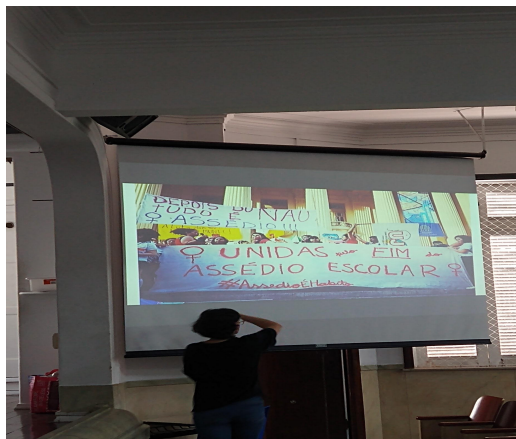
muitas das violências vivenciadas por alunas que não são consideradas crimes, são desafios de dinâmicas interpessoais que configuram o currículo escolar. Dessa forma, a Doutora Natalia toma o termo assédio como uma categoria nativa, compreendendo essa expressão como uma forma das estudantes denunciarem as violências sofridas por elas no ambiente escolar. Ademais, salienta que os movimentos feministas na escola tensionam o reconhecimento de ações que são consideradas ou não assédio.

Outras questões que se relacionam com a temática assédio também são apontadas na conversa, a relação entre consentimento e vulnerabilidade. Lowenkron(2015) diz:

“Pode ser entendido como um ato de vontade e, ao mesmo tempo, como uma capacidade para exercer livremente a própria vontade. Nesse sentido, a capacidade de consentimento pressupõe a ideia de autonomia individual, que tem como pré-requisito o autodomínio, isto é, um self livre de coações ou constrangimentos e capaz de governar racionalmente a si mesmo. O consentimento pode ser definido, portanto, como “uma decisão de concordância voluntária, tomada por um sujeito dotado de capacidade de agência, razão e livre arbítrio”.

Sob essa perspectiva, a noção de consentimento como um elemento definidor do que se constitui assédio é enfraquecida, pois o contexto escolar onde a menoridade dos jovens e sua condição de estudantes são vistas como vulnerabilidade que atrapalha a autonomia deles.

Fotografia1- Doutora Natália Rodrigues Mendes palestrando sobre assédio.

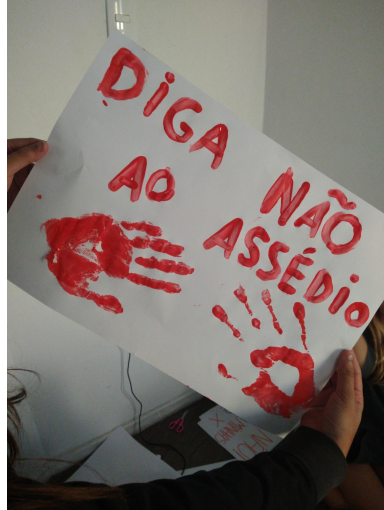


Fonte: de autoria própria

Após a palestra abre-se um espaço de diálogos onde os estudantes puderam tirar dúvidas, contar as próprias experiências e questionar o posicionamento do corpo escolar perante os casos de assédio vivenciados por eles. Esse processo de diálogo nos advertiu sobre algumas angústias das estudantes, que foi o público que mais interagiu, que é a ausência do sentimento de justiça perante os atos de assédio, que por se tratar de menores de idade acaba sendo sigiloso e mais demorado. Junto a isso, fica a insatisfação dos que sofreram a importunação e o sentimento de não ser ouvida.

Em seguida, foi proposto que os estudantes confeccionassem cartazes com a temática sobre o combate ao assédio no ambiente escolar para que fossem espalhados pela escola. Dessa forma, eles se espalharam pelo auditório, onde disponibilizamos materiais como, cartolinas, folhas A4 brancas e coloridas, tintas, canetas hidrocor etc.

Fotografia 2: cartaz confeccionado por estudante



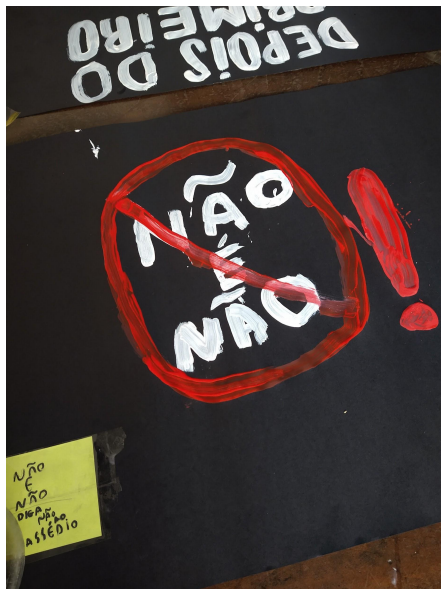
Fonte: autoria própria

Fotografia 3: cartaz confeccionado por estudante



Fonte: autoria própria

Fotografia 4: cartaz confeccionado por estudante



Fonte: autoria própria

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos resultados imediatos da roda de conversa foi o engajamento e participação das estudantes, que conseguiram sentir naquele auditório cheio de estudantes, docentes, estagiários e bolsistas um ambiente seguro para expor suas indagações acerca dos casos de assédio. Junto a isso, elas se sentiram confortáveis para compartilhar experiências e relatos vivenciados dentro e fora do ambiente escolar, isso inclui até estudantes com dificuldade de se expressar. Considero que por se tratar de um aflição desde cedo as pessoas do gênero feminino, houve bastante familiaridade com a temática que foi um ponto crucial para a participação tão ativa dos estudantes.

A partir da conversa após a palestra ficou evidente principalmente que as estudantes são bastante conscientes, conseguiram a partir da Roda de Conversa identificar atos antes não percebidos como assédio em seu cotidiano, como piadinhas de colegas, elogios que não se enquadravam como elogios e até mesmo brincadeiras que envolvessem bastante toque os que as deixassem desconfortável, por exemplo, para além disso, cobravam também que os agentes desse ato fossem culpabilizados e que a dessem crédito as denúncias por elas feitas, e isso foi garantido.

Os estudantes se mostraram bastantes interessados pela Roda de Conversa, mostraram familiaridade com os termos apresentados, como, vulnerabilidade e vulnerabilidade, surgiu questões apenas para compreender o termo cisgênero. No momento da atividade todos os estudantes participaram com bastante entusiasmo na confecção dos cartazes, onde foram escritas frases do tipo ‘Diga não ao assédio’, ‘Não é não’, ‘Depois do primeiro não, tudo é assédio’, ‘O assédio não é elogio’. Por certo, a disposição para buscar uma solução para essa adversidade que estava assolando os alunos e alunas do CAP-UERJ, adveio do desejo de promover uma conscientização e de advertir sobre esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola exerce um papel social importante na vida dos estudantes, para além do ensino e aprendizagem de conteúdos e conhecimentos científicos, pois é na Instituição escolar onde desde de novos socializam uns com os outros, desenvolvendo uma formação moral e cidadã, para além da formação intelectual. Dessa forma, transmitir normas e valores que guiem os educandos para uma formação mais respeitosa e hábil a viver em uma sociedade que lida com questões de disparidades decorridas da diferença de gênero é essencial.

Por essa razão, inserir no currículo escolar discussões para além das salas de aula, com um viés coletivo é imprescindível, junto a mobilização de toda unidade escolar, tanto para a questão da violência de gênero, racismo, capacitismo, bullying, etc. Junto a isso, ressalto que trazer esse tema à tona significa dar voz a um gênero que por muito tempo sofreu violências inimagináveis apenas por ser mulher em uma sociedade onde brincadeiras desrespeitosas eram consideradas elogios, onde toques físicos aos corpos femininos eram naturalizados e onde não existia a percepção de que essas atitudes eram assédio.

Dessa forma, nomear os problemas que ocorrem no ambiente escolar torna viável a possibilidade de debater e escutar um grupo da instituição escolar que normalmente encontra dificuldade para serem ouvidos. Com isso, fica evidente que incluir temas corriqueiros do cotidiano dos estudantes auxilia a visualizar os casos de assédio e as razões por detrás dele, os impactos negativos causados por ele nas vítimas, como, problemas de autoestima, ansiedade, e consequências mais graves. Além da possibilidade de discutir medidas de prevenção,



reiterando a importância de abordar o assédio escolar, a conscientização e criação de um ambiente escolar mais seguro e saudável.

REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. 2 ed. **Por-prosições**, 2008. P18, v. 9.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Ed. 46. Belo Horizonte: **Educação em revista**, 2007. P 204.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamento entre o abuso sexual e tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. Ed 45. Pangu Unicamp: **Cadernos pangu**, 2015. P 204

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. 10 Ed University of California - Los Angeles: **Estudos feministas**, 2002. P 177.

DEBERT e GREGORI, Guita Grim E Maria Filomena. Viôlencia e gênero: novas propostas, velhos dilemas. 66 Ed. São Paulo: **RBCS**, 2008. P 176